

PROCESSO LEGISLATIVO – INICIATIVA. Ao Executivo cabe a iniciativa de projeto de lei a repercutir na remuneração e nos proventos de servidores. Precedentes: ações diretas de inconstitucionalidade nº 2.192/ES, relator o ministro Ricardo Lewandowski, e nº 341/PR, relator o ministro Eros Grau, acórdãos publicados, respectivamente, no Diário da Justiça de 20 de junho de 2008 e 19 de setembro de 2011.

(ADI 3767, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08/03/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-055 DIVULG 20-03-2018 PUBLIC 21-03-2018)

Ademais, sobre os aspectos que nos cabe examinar, consideramos que apesar de meritórias as emendas apresentadas, sua incorporação ao texto original poderá ir de encontro com a essência estrutural do projeto, dificultando a produção dos efeitos pretendidos, lembrando que a medida se origina e resguarda legitimidade na competência legislativa conferida ao Chefe do Executivo, razão pela qual somos contrários às emendas de nºs 1 e 2.

III – DO VOTO

Por todo o exposto, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de lei Complementar nº 10, de 2018, e pela rejeição das emendas de nºs 1 e 2.

a) Gilmaci Santos – Relator

Aprovado como parecer o voto do relator, favorável ao PLC nº 10/2018 e contrário às emendas nºs 1 e 2.

Sala das Comissões, em 9/5/2018.

a) Célia Leão – Presidente

Célia Leão – Edmir Chedid – Celso Nascimento – Marta Costa – Antonio Salim Curiatí – Marcos Zerbini – Geraldo Cruz – Gilmaci Santos – Davi Zaia

DELIBERAÇÕES NAS COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS DESPORTIVOS

Projeto de lei nº 938, de 2016

(Autoria: Deputado Luiz Fernando T. Ferreira)

Aprovado, conclusivamente, conforme voto do relator, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno.

Sala das Comissões, em 9/5/2018.

a) Enio Tatto – Presidente

Jorge Caruso – Enio Tatto – Geraldo Cruz – Carlos Giannazi – Doutor Ulysses – Célia Leão

DESPACHOS

PROJETO DE LEI Nº 1477, DE 2015

DESPACHO

Desentranhem-se, para tramitação autônoma, os Projetos de lei nºs 1477/2015 e 567/2010.

Arquive-se o PL nº 567/2010.

Em 8/5/2018.

a) CAUÊ MACRIS – Presidente

PROJETO DE LEI Nº 255, DE 2018

DESPACHO

Junte-se o projeto de lei nº 255/2018 ao projeto de lei nº 240/2018, nos termos do artigo 179, do Regimento Interno.

Em 9/5/2018.

a) CAUÊ MACRIS – Presidente

Comissões

ATAS

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às quinze horas e zero minutos, no Plenário José Bonifácio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Quarta Reunião Ordinária da Comissão de Infraestrutura, da Terceira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legisla-tura, sob presidência do Deputado José Américo. Presentes os Senhores Deputados Ramalho da Construção, José Américo, Luiz Turco, Junior Aprillanti, Cássio Navarro, Davi Zaia (membros efetivos). Ausentes a Senhora Deputada Analice Fernandes e os Senhores Deputados Carlão Pignatari, Rogério Nogueira e Ricardo Madalena. Havendo número regimental, o Senhor Presi-dente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. Item 1 - Projeto de lei nº 662/2015, de autoria do Deputado Celso Nascimento, que dis-põe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistemas de cap-tação de energia solar e reaproveitamento de água de chuva na construção de novos prédios, centros comerciais e condomínios residenciais no âmbito do Estado. Foi relator o Deputado Ricar-do Madalena com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Ramalho da Construção. Item 2 - Projeto de lei nº 1614/2015, de autoria da Deputada Ana do Carmo, que institui o Plano Estadual de Controle e Construção de Equipamentos de Repre-samento de Água, Rejeitos Líquidos e Transportes dos Efluentes através de Dutos Fechados e Abertos. Foi relator o Deputado Luiz Turco com voto favorável ao projeto com emenda apresen-tada pela CCJR. Concedida vista ao Deputado Ramalho da Construção. Item 3 - Projeto de lei nº 138/2016, de autoria do Deputado Chico Sardelli, que altera a redação do artigo 51 e inclui o artigo 51-A na Lei nº 6.544, de 1989, que dispõe sobre o estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica. Foi relator o Deputado Davi Zaia com voto favorável ao projeto, com a emenda ora proposta, e contrário à emenda proposta pela CCJR. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 4 - Projeto de lei nº 300/2016, de autoria do Deputado Jooji Hato, que estabelece parâmetros para garantia da Segurança Energética Hospitalar no Estado. Foi relator o Deputado Ricardo Madalena com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 5 - Projeto de lei nº 594/2016, de autoria do Deputado Rogério Nogueira, que torna obrigatória a instalação de caixa de gordura nos bares e restaurantes em funcionamento no Estado. Foi relator o Deputado Luiz Turco com voto favorável. Concedida vista conjunta ao Deputado Edmir Chedid e ao Deputado Ramalho da Construção. Item 6 - Projeto de lei nº 174/2017, de autoria do Deputado Celso Nascimento, que dis-põe sobre o aprimoramento do controle social na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável, no Estado. Foi relator o Deputado Luiz Turco com voto favorável. Concedi-da vista ao Deputado Ramalho da Construção. Item 7 - Projeto de lei nº 231/2017, de autoria do Deputado Afonso Lobato, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos prédios da administração pública estadual estarem conectados à rede de coleta e trata-mento de esgoto. Foi relator o Deputado Luiz Turco com voto favorável. Concedida vista conjunta aos Deputados Cássio Navarro e Deputado Ramalho da Construção. Item 8 - Projeto de lei nº 232/2017, de autoria do Deputado Afonso Lobato, que torna obrigatória aos prédios pertencentes às pessoas jurídicas de direito privado, de estarem conectados à rede de coleta e

tratamento de esgoto. Foi relator o Deputado Luiz Turco com voto favorável ao projeto de lei nº 232, de 2017, na forma do substitutivo da CCJR, com a subemenda modificativa ora apre-sentada. Concedida vista conjunta aos Deputados Cássio Navarro e Ramalho da Construção. Item 9 - Processo RGL nº 6881/2017, de autoria da Promotoria de Justiça Comunitária de Santos, que noticia ao Núcleo de Ação Estratégica - NAE a falta de pavimentação, iluminação pública e calçada na Rua Dr. Gas-par Ricardo e necessidade de implantação de meios para redu-ção de velocidade na Rua Godofredo Fraga. Foi relator o Depu-tado Luiz Turco. Em seu parecer o Relator considera que a Comissão de Infraestrutura não possui competência para opinar ou adotar providências sobre assuntos relativos a serviços e obras públicas de titularidade municipal, entendimento esse que será doravante adotado em situações similares ao presente caso. Posto isto, propõe o arquivamento do Processo RGL nº 6881, de 2017, após ciência deste parecer ao Núcleo de Ação Estratégica - NAE e remessa de ofícios com cópia deste parecer à Promotoria de Justiça Comunitária de Santos, à Prefeitura Municipal de Santos e à Câmara de Vereadores de Santos. Apro-vado como parecer o voto do relator. Ficou decidido que esse parecer aprovado será o padrão para casos similares. Ficou tam-bém decidido que a Comissão fará uma indicação à Prefeitura de Santos. Item 10. Requerimento de autoria do Deputado Alencar Santana e outros. Requer a convocação do Sr. Jerson Kel-man, Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, para prestar esclarecimentos acerca da 2ª Revisão Tarifária (RTO) da Companhia. Vista ao Deputado Davi Zaia. Item 11. Requerimento de autoria do Deputado Alencar Santana e outros. Requer a convocação do Sr. José Bonifácio de Souza Amaral Filho, Diretor Presidente e Dire-tor da Regulação Econômico-Financeira e de Mercados, para prestar esclarecimentos acerca da 2ª Revisão Tarifária (RTO) da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp. Vista ao Deputado Davi Zaia. Item 12. Requerimento de autoria do Deputado José Zico Prado. Requer nos termos do art. 13, § 1º, item 3, da Constituição do Estado c/c o art. 31, inc. V do Regimento Interno, convocação do Sr. Secretário de Transpor-tes Metropolitanos, Sr. Clodoaldo Pelissione para comparecer à Comissão de Infraestrutura, com a finalidade de prestar infor-mações e esclarecimentos sobre gestão, manutenção e opera-ção do sistema de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana de São Paulo, abordando o impacto econ-ômico -financeiro e a garantia de segurança psíquica e física aos usuários do sistema. Vista ao Deputado Davi Zaia. Item 13. Requerimento dos Deputados Alencar Santana (Líder do PT), José Américo (Presidente da Comissão de Infraestrutura) e Luiz Turco, convidando o Diretor-Presidente da ARSESP - Sr. José Bonifácio de Souza Amaral Filho Andreia e demais autoridades relacionadas, para participarem de uma audiência pública, onde será discutida a falta de transparência e publicidade na fiscali-zação das concessionárias de Gás Canalizado no Estado de São Paulo, bem como esclarecer todas as questões referentes à Revisão Tarifária da Comgas. Vista ao Deputado Davi Zaia. Item 14. Requerimento de autoria da Deputada Marcia Lia para que seja realizada, audiência pública no Município de Américo Bra-siliense, a fim de debater a implantação de novas praças de pedágio na região. Requer, ainda, que sejam convidados para participar do ato o Secretário de Estado de Logística e Transpor-tes, Senhor Alberto José Macedo Filho; o Diretor Geral da Agên-cia de Regulação de Serviços Delegados de Transporte do Esta-do de São Paulo - ARTESP, Senhor Giovanni Pengue Filho, o Dire-tor do Departamento de Estradas de Rodagem de Araraquara - DER 4, Senhor Marcos Antonio Mantonelli, os prefeitos dos municípios da região, os respectivos presidentes das câmaras municipais e as entidades representantes do comércio e indús-tria da região. Vista ao Deputado Davi Zaia. Item 15. Ciência do ofício da Câmara Municipal de Mariópolis solicitando interces-são do Presidente da ALESP junto ao Governador para obtenção de recursos para reforma da piscina pública. Item 16. Ciência do ofício da Câmara Municipal de rio Claro solicitando intercessão do Presidente da ALESP junto à Casa Militar, que abriga a Defesa Civil do Governo do Estado de São Paulo, a fim de prover recursos para a reconstrução da ponte do Quilombo que passa sobre o Rio Passa Cinco. Esgotados os itens da pauta o Senhor Presidente anunciou que no próximo dia vinte e nove de novembro haverá uma reunião extraordinária da Comissão, às treze horas, e uma reunião ordinária, às quinze. A primeira reu-nião está no aguardo da confirmação da vinda das autoridades convidadas. A segunda, já confirmada, ouvirá o Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado, Sr. Benedito Braga, que prestará contas da sua gestão à frente da Secretaria. Pela ordem, o Deputado Edmir Chedid disse que era bom que vies-sem já que aplicaram cem milhões em fundos. O senhor Depu-tado indagou se não seria possível a aprovação de um projeto de iniciativa da Comissão de Infraestrutura que proibisse o poder publico do Estado de São Paulo, as empresas e as secre-tarias de autorizar subcontratação na licitação, acabando, assim, com a carterização. O Presidente se propôs a trabalhar com o Deputado Ramalho da Construção, que é sindicalista, estudar esta proposta. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que eu, Agnaldo de Jesus Almeida, Analista Legislativo, secretariei, e da qual lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, foi dada por apro-vada e segue assinada pelo Senhor Presidente e por mim, encerrando-se os trabalhos.

Deputado José Américo - Presidente

Agnaldo de Jesus Almeida - Secretário

Capital. Foi relator o Deputado Enio Tatto com voto favorável. Concedida vista a Deputada Célia Leão. Item 4 (CONCLUSIVA) - Moção nº 28/2017, de autoria do Deputado Hélio Nishimoto, que aplaude a atitude de “fair play” do zagueiro Rodrigo Caio, do São Paulo Futebol Clube, no primeiro jogo da fase semifinal da Série A1 do Campeonato Paulista de 2017, disputado contra o Sport Club Corinthians Paulista, no Estádio Cícero Pompeu de Toledo, em 16 de abril. Foi relatora a Deputada Célia Leão com voto favorável à moção. O senhor Presidente passou a presidên-cia ao senhor Deputado Enio Tatto, Vice-Presidente da Comis-são, para que procedesse a votação. Aprovada conclusivamente a propositura, na Comissão de Assuntos Desportivos, conforme voto do relator favorável. Item 5 (CONCLUSIVA) - Moção nº 40/2017, de autoria do Deputado Adilson Rossi, que aplaude o Jornal de Itatiba - Diário, CRN - Central de Rádio e Notícias - 1420 Khz AM e ao ilustre jornalista Manoel Roberto Massaretti (Mané Massaretti) pelos expressivos resultados alcançados na realização da XXIII prova de Fraldinhas JI de Itatiba. Foi relatora a Deputada Célia Leão com voto favoravel ao projeto na forma do substitutivo apresentado. Aprovada conclusivamente a propositura, na Comissão de Assuntos Desportivos, conforme voto do relator favorável. Item 6. Requerimento de autoria do Deputado Alencar Santana e outros. Requer a convocação de Audiência Pública para discutir a concessão do Complexo do Ibirapuera para a iniciativa privada. Concedida vista ao senhor Deputado Aldo Demarchi. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que eu, Agnaldo de Jesus Almeida, Analista Legislativo, secretariei, e da qual lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, foi dada por aprovada e segue assinada pelo Senhor Presidente e por mim, encerrando-se os trabalhos.

Deputado Hélio Nishimoto - Presidente

Agnaldo de Jesus Almeida - Secretário

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA

DE 09/05/2018

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

ALESSANDRA AMORA BARCHINI, RG nº 1582900, matrícula nº 26843, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE LEGISLATIVO I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 07/05/2018.

(Decisão nº1393/2018);

CARLOS SCANDIUIZZI, RG nº 8492432, matrícula nº 26465, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº1394/2018);

FERNANDA SANTOS RODRIGUES DE CASTRO, RG nº 303983334, matrícula nº 24823, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR III, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº1395/2018);

JAILTON JATOBA DOS SANTOS, RG nº 414462580, matrícula nº 25131, do cargo que vem exercendo, em comissão, de AUXILIAR PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 09/05/2018.

(Decisão nº1396/2018);

JOSE ROBERTO DE ROSIS MAZEU, RG nº 235662847, matrí-cula nº 27078, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR V, do SQC-I do Quadro da Secreta-ria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº1397/2018);

MARCELLO FREDERICK DA SILVA, RG nº 33283910, matrí-cula nº 27848, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR I, do SQC-I do Quadro da Secre-taria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, a partir de 08/05/2018.

(Decisão nº1398/2018);

MARCOS HENRIQUE ALVES, RG nº 11349690, matrícula nº 27513, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSIS-TENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº1399/2018);

MÔNICA MARIA JUNQUEIRA, RG nº 49068994, matrícula nº 20923, do cargo que vem exercendo, em comissão, de AUXILIAR PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº1400/2018);

NAFTAL FERNANDES DE CARVALHO, RG nº 6314509, matrícula nº 24265, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR V, do SQC-I do Quadro da Secre-taria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº1401/2018);

NÉLIO CARLONI, RG nº 47228908, matrícula nº 11788, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PAR-LAMENTAR IV, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº1402/2018);

REGINALDO EMIDIO DA SILVA, RG nº 7895913, matrícula nº 27089, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSIS-TENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº1403/2018);

SEBASTIÃO ESTAEL BORGES, RG nº 14613109, matrícula nº 9851, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSIS-TENTE PARLAMENTAR I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº1404/2018);

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

MARIA PAULA PEREIRA KOUKDJIAN, RG nº 15287151-2, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assem-bleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de RACHEL MACEDO ROCHA.

(Decisão nº1405/2018);

TORNANDO SEM EFEITO, a Decisão nº 997/2018, publi-cada em 10/04/2018, de exoneração de ARLETE DAS GRAÇAS TARDIVO, RG nº 12189928, do cargo de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assem-bleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96.

(Decisão nº1406/2018);

TORNANDO SEM EFEITO a Decisão nº 1000/2018, publi-cada em 10/04/2018, de exoneração de FERNANDO AURÉLIO HERKER, RG nº 18292676, do cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolu-ção Nº 776/96.

(Decisão nº1407/2018);

TORNANDO SEM EFEITO, a Decisão nº 1001/2018, publicada em 10/04/2018, de exoneração de FLAVIA MENDES GOMES, RG nº 164425950, do cargo de ASSISTENTE LEGISLA-TIVO I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legis-lativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96.

(Decisão nº1408/2018);

TORNANDO SEM EFEITO, a Decisão nº 1010/2018, publi-cada em 10/04/2018, de exoneração de RONALDO SCHIL-BERG, RG nº 304046371, do cargo de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assem-bleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96.

(Decisão nº1409/2018);

TORNANDO SEM EFEITO, a Decisão nº 1318/2018, publi-cada em 04/05/2018, de exoneração de ROSE MARIE OLIVEIRA E OLIVEIRA, RG nº 48798046, do cargo de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assem-bleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96.

(Decisão nº1410/2018);

DECLARANDO, que na Decisão nº 1163/2018, da Mesa, publicada em 20/04/2018, a nomeação de JEFFERSON NOGO-SEKI DE OLIVEIRA, RG nº 238713702, deve ser considerada em vaga decorrente da exoneração de VALTERSON MENGALLI.

(Decisão nº1419/2018);

CESSANDO, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, dos funcionários abaixo-relacionados, na seguinte conformidade:

Mat 27656, KARLA VITORELO

(Decisão nº 1411/2018);

Mat 11864, OSVALDO DE SOUZA

(Decisão nº 1412/2018);

Mat 19821, ROSELI APARECIDA DE OLIVEIRA

(Decisão nº 1413/2018);

Mat 11467, VANESSA CARLA PALAZZI

(Decisão nº 1414/2018);

Mat 12474, MARIA JANETE GONÇALVES ARAÚJO

(Decisão nº 1415/2018);

TRIBUINDO, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, para os funcionários abaixo-relaciona-dos, na seguinte conformidade:

Mat 27656, KARLA VITORELO, GED Nível III

Mat 19821, ROSELI APARECIDA DE OLIVEIRA, GED Nível I

Mat 11467, VANESSA CARLA PALAZZI, GED Nível VIII

(Decisão nº 1416/2018);

Mat 11864, OSVALDO DE SOUZA, GED Nível VI

(Decisão nº 1417/2018);

Mat 21130, LUIZ FELIPE DIAS FARAH, GED Nível I

(Decisão nº 1418/2018);

PROCESSO RG Nº 1101/2000

Interessada: Mesa Diretora da Alesp

Assunto: Delegação de competência ao Senhor Secretário Geral de Administração – Competência que aduz o inciso VII, do artigo 13 do Ato nº 05/2000, da Mesa – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – CIPA, da Alesp.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAUL0, no uso de suas atribuições que lhe confere artigo 14, inciso II, alínea “a” da XIV Consolidação do seu Regimento Interno, bem como em vista do contido nos autos do Processo RG nº 1101/2000 e ainda, considerando o despacho exarado pelo senhor Secretário Geral de Administração às fls. 177/178 do Processo epigrafado, por meio do qual restou consignada a necessidade de composição da Comissão Eleitoral que aduz o artigo 13, inciso VII, do Ato nº 05/2000, da Mesa **DECIDE DELE-GAR**, excepcionalmente, ao senhor Secretário Geral de Adminis-tração, a competência para constituir referida Comissão Eleitoral.

Fica consignado, ainda, que superado o procedimento de composição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – CIPA, objeto do presente Processo, a competência ora delegada restituir-se-á ao Presidente e ao Vice-Presidente da referida Comissão, conforme previsto no artigo 13, inciso VII do Ato nº 05/2000, da Mesa

(Decisão nº 1388/2018);

PROTOCOLADO Nº 6460/2006

Interessado: Serviço de Conferência de Debates

Assunto: Alteração de Grade de Substituição

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAUL0, no uso de suas atribuições, à vista de tudo quanto consta do presente processo, que cuida do assunto acima epigrafa-do, DECIDE APROVAR, para os fins do disposto do artigo 43 do Ato nº 30/10, da Mesa, a solicitação formulada pelo Sr. Diretor do Departamento Parlamentar, de alteração da grade de substi-tuição do cargo de Coordenador de Serviço de Conferência de Debates, a partir de 18 de abril de 2018.

Departamento Parlamentar

Cargo: Coordenador de Serviço

Titular: ROSELAINE RODRIGUES DE OLIVEIRA GARÁ, RG.

509221853

1º Substituto: MÁRCIO ROBERTO BARIANI, RG. 213988240

2º Substituto: THALITA RUOTOLO GOUVEIA, RG. 358833176

(Decisão nº 1389/2018);

PROTOCOLADO nº 6634/2006

Interessado: Divisão de Saúde e Assistência ao Servidor (DSAS)

Assunto: Alteração de Grade de Substituição

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAUL0, no uso de suas atribuições, à vista de tudo quanto consta do presente processo, que cuida do assunto acima epigrafa-do, DECIDE APROVAR, para os fins do disposto do artigo 43 do Ato nº 30/10, da Mesa, a solicitação formulada pela Srª. Gestora de Divisão de Saúde e Assistência ao Servidor, de alteração da grade de substituição do cargo de Gestor de Divisão de Saúde e Assistência ao Servidor, a partir de 01 de fevereiro de 2018.